ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2006

ACTA Nº 08

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de dois mil e seis, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da AGENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sra. Cristina Isabel Ruivo da CDU
- Sr. Dr. Álvaro Balseiro Amaro da CDU
- Sr. Fernando António Baião da CDU
- Sr. Faustino António Santos do PS

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Pedro José Ramos, justificou ausência à sessão de dia 17.04.2006, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.
- Sra. Cristina Isabel Ruivo, justificou ausência à sessão de hoje, em virtude de se encontrar ausente no estrangeiro, tendo a falta sido considerada justificada.
- Sr. Fernando António Baião, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, justificou ausência à sessão de hoje, em virtude de se encontrar de férias, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo vogal da Junta de Freguesia, Maria Elisa Vaz Pereira Costa.

- Sr. Dr. Álvaro Balseiro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo vogal da Junta de Freguesia, Raul Prazeres.
- Sr. Faustino Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, justificou ausência à sessão de hoje, em virtude da realização de reunião da Assembleia de Freguesia de Marateca, tendo a falta sido considerada justificada.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público pelo que de imediato dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da AGENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer prestar esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos. Refere que foi distribuído um documento com informação complementar à anteriormente distribuída, pelo que aguarda sejam apresentadas algumas questões. Refere que para além de si, o responsável da Câmara Municipal que tem acompanhado o processo é o Sr. Vereador Charneira, que hoje está ausente por motivos de saúde, e o seu assessor António Pombinho.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém pretende intervir.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que é um documento muito interessante quer para o Concelho de Palmela, quer para os outros Concelhos, mas gostaria de repetir o que já disse anteriormente em relação à documentação ser apresentada em inglês. Estamos em Portugal e não faz sentido o documento ser apresentado nesta língua, porque a Câmara tem sempre possibilidades de mandar traduzir uma vez que há questões muito importantes que deveriam ser acessíveis a todos. Refere que sempre pensou nas energias alternativas como forma de fazer face às necessidades de energia para as duas moradias que possui, só que sempre se deparou com o problema dos custos que são muito elevados. Pergunta se há alguma perspectiva de apoio para este tipo de energia, que é cara à partida, mas que é de um grande interesse para o País. Em relação ao representante na Agência gostaria de ser informado se é eleito ou se é um eleito.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Congratula-se pelo facto de ter sido feito o adiamento da discussão deste assunto para esta sessão da Assembleia, já com um enquadramento necessário para uma decisão consciente. Agradece

desde já ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e à Sra. Presidente da Câmara pela atitude construtiva de admitir a discussão numa reunião extraordinária. Esta é uma daquelas matérias que será objecto de um voto unânime, uma vez que todos nos congratulamos pela constituição de uma agência local com este objectivo. Esta agência procurará divulgar, estudar, lançar as boas práticas em matéria de energias renováveis que são um elemento fundamental para um desenvolvimento sustentável em termos de evitar o gasto de recursos que são caros, tendo em conta o quadro económico actual em que o preço do petróleo é extraordinariamente alto e com tendência a aumentar. Este é um dos problemas fundamentais de Portugal , uma vez que é o país da União Europeia que, nos últimos vinte anos, menos reduziu a dependência do petróleo e este é um dos aspectos que nos penaliza muito como economia e como sociedade. Em relação ao tema para além das considerações feitas na última Assembleia em relação aos Estatutos, gostaria de deixar mais duas considerações. A concessão de subsídio comunitário baseia-se num documento que é "chapa", que é difícil de ler e está em inglês. Verificou o documento e detectou duas questões que pensa não serem susceptíveis de negociação. A primeira é o próprio facto de desta acção ser dirigida pelo chefe de fila da parceria, que é Cosenza, e as informações circularem por ele inclusive os próprios fundos. Além desta questão, que depende de uma opção da União Europeia, preocupa-o o facto de no caso de poder haver incumprimento por alguma das partes, por algum dos beneficiários, os outros são responsáveis solidariamente pelo montante do incumprimento (artº. 2º. ponto 18). Chama ainda a atenção para o facto da agência ter três anos para alcançar os objectivos definidos, para isso vai ter muito trabalho a fazer, pelo que espera que os três elementos que vão trabalhar em conjunto sejam especialistas na área. Os três objectivos propostos são muito importantes para a nossa economia e dá-nos uma trajectória possível e um rumo possível à nossa economia. A nível local é uma experiência e uma boa prática que urge implantar. Refere ainda a intenção de reduzir as emissões de dióxido de carbono, que é importante e que nos lembra o atentado grave que é cometido ao Parque Natural da Arrábida com a existência do processo de co-incineração no Outão. Acha que vale a pena a agência criar uma rede que, para além das parcerias com Cosenza e Catanzaro, possa trocar informações e boas práticas com outras agências congéneres que existem nos países da União Europeia uma vez que isso é vital. Em teoria, esperando que na pratica se possa atingir, os trabalhos desta agência podem conduzir à investigação e inovação. Termina dizendo que o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Refere que o que está em discussão são dois documentos, um é decorrente de um protocolo assinado ao abrigo de um programa comunitário e o outro são os Estatutos da Agência. Muitas considerações já foram referidas, quer pela Vereação do Partido Socialista quer pelas outras bancadas, pelo que não irá ser redundante, mas vai fazer uma pequena resenha histórica do processo de incineração dedicada que em tempos foi pensado para Poceirão. Em relação ao Protocolo comunitário o assunto já foi amplamente debatido por todos, aproveitando para cumprimentar a Sra. Presidente por, em conjunto com mais três Câmaras, ter liderado um processo que outras Câmaras não aproveitaram esperando que sirva de exemplo a outras autarquias do País. Espera que esta situação não sirva de arma de arremesso para outras coisas que não estão aqui equacionadas.

Todas as acções deste tipo que perfilem uma rentabilização de recursos, uma atitude pedagógica importante a este nível e que sejam conducentes na sua vertente final ao bem estar dos cidadãos são bem vindas e celebradas pelo Partido Socialista enquanto partido da oposição. De imediato refere que os Estatutos lhe merecem alguns pequenos reparos.:

- o artº. 19º. faz referência aos artºs 38º. e 39º. , o que está incorrecto uma vez que se tratam dos artº.s 39º. e 40º.;
- o artº. 23º. fere a lei uma vez que na composição do Conselho de Administração não pode existir número par de membros, como está referido, mas sim número impar. Esta questão é muito importante uma vez que poderá vir a trazer problemas na fase de escritura.
- o artº. 25º. no que se refere às competências do Presidente do Conselho de Administração, propõe alteração texto uma vez que existe um único Vice-Presidente.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em relação às questões levantadas pelo Dr. Miranda Lemos diz que desconhecia que o governo tinha feito estudos sobre incineração dedicada em Poceirão.

Sr. Presidente da Mesa, solicita que as intervenções sejam feitas unicamente em relação ao tema em discussão.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, apresenta cumprimentos. Referindo-se à intervenção do Dr. Miranda Lemos faz algumas referência às razões da existência da Secil no Outão e às questões da incineração. Em relação à intervenção de Carlos Guinote diz que esteve muito bem, uma vez que o documento deveria estar traduzido porque nem toda a gente tem grau académico que permita a leitura de um documento em língua estrangeira. Da última reunião para esta houve um grande aumento de qualidade, porque na última sessão houve perguntas sem fundamento que não tiveram resposta porque a Câmara não conhecia o documento. Agora sim, conhece-se o documento minimamente. Lembra-se na última reunião da Sra. Presidente ter falado numa empresa formada por três cidades e não é nada disso. No que concerne à questão em discussão, refere que o documento em inglês refere, pelo menos três vezes, poluição atmosférica enquanto que os Estatutos não referem essa questão. É opinião que, já que é uma das questões referidas nos objectivos que estão em inglês, traduzi-los e coloca-los nos objectivos que estão em português. A questão dos bio combustíveis tem também essa função que é de diminuir a contaminação atmosférica, e por isso deveria, por tradução, ser incluída nos objectivos dos Estatutos. No que se refere ao artº. 2º. d) propõe a substituição da palavra *idealizar* por *criar*. A segunda prioridade do documento é a promoção das energias alternativas, inclusivamente a possibilidade de se fazerem projectos no âmbito das energias renováveis, mas só refere quatro: a eólica, fotoeléctrica, bio massa e bio combustíveis. Pergunta se na região de Setúbal poderá existir a possibilidade da Agência apresentar projectos para aproveitamento da energia das ondas, das marés, e da geo térmica. Esperando que esta Agência tenha um âmbito mais abrangente, e tendo em conta que o Montijo pretende vir a aproveitar a energia das marés, pensa que estes tipos de energias poderiam ser enquadradas como energias renováveis no âmbito desta Agência.

Sr. Carlos Guinote do BE, faz um desafio à Assembleia Municipal para que numa próxima Assembleia seja discutido o tema da co-incineração e também para que lhe digam o que sai na chaminé da Secil depois dos produtos serem co-incinerados. Quer saber quimicamente o que de lá sai.

Sr. Presidente da Mesa, diz que o Sr. Carlos Guinote pretende saber é para além do fumo o que é que sai da chaminé.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Verifica que o Sr. Dr. Miranda Lemos partilha uma opinião muito semelhante ao Dr. Jorge Miranda em relação ao artº. 8º. da Constituição, porque cada vez mais a legislação comunitário vai-se sobrepondo à legislação portuguesa e a tendência vai ser para aumentar e não para diminuir. Em relação ao artº. 23º. acha que o Sr. Dr. Miranda Lemos tem toda a razão, porque se a Agência vai ser registada cá dever-se-á reger pela nossa legislação e, convinha, independentemente da decisão favorável desta Assembleia, ser ponderada pela Câmara sobe pena de haver algum problema na fase de registo.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, agradece as questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia referindo que:

- a questão colocada pelo Sr. Dr. Miranda Lemos tem toda a pertinência. Já averiguaram a questão junto do Notário Privativo e a explicação é a seguinte: no anterior mandato foi feito o convite à Câmara Municipal de Sesimbra tendo esta manifestado toda a disponibilidade na altura mas, como se estava em final de mandato, não diligenciou atempadamente a sua participação. Todos os Estatutos foram trabalhados na perspectiva de menos um membro. Imediatamente a seguir às eleições, e quando foi retomado o processo, voltou-se à abordagem e a Câmara de Sesimbra disse que tinha todo o interesse e que se possível queriam entrar nesta fase em pé de igualdade com a outras Câmaras. Os Estatutos foram trabalhados na perspectiva dos sete e a entrada da Câmara de Sesimbra alterou o número. Já foram enviados à Comunidade mas esta aprecia as questões do conteúdo relativamente ao projecto e não as questões de forma e conformidade em relação à lei portuguesa. É absolutamente verdade que os Estatutos não podem ser escriturados desta maneira, pelo que sugere que a Assembleia aprove a alteração para nove membros, uma vez que, posteriormente, se resolveria em consenso entre os oito membros já escolhidos a entrada do nono membro. Refere que a retirada de um membro, e a passagem para sete membros, é muito mais problemático do que a entrada de um novo membro que é uma situação muito mais pacífica. Quanto à questão referida do artº. 25º. é uma questão de português que terá que ser corrigida.

- em relação à questão do Sr. Carlos Guinote, o projecto da Agência nesta fase não se propõe intervir em matérias de custos. Não se pode dizer que com este projecto se vão diminuir os custos que o uso das energias alternativas tem actualmente. Mas há uma coisa que pode ser um contributo indirecto, uma vez que esta Agência ao participar e desenvolver estudos, conhecimentos, investigação pode sem duvida contribuir para que o uso destas outras energias

possa passar a ser assumido a outros custos, e é essa aliás a única tendência possível para introduzir as energias renováveis como uma solução claramente alternativa, ou pelo menos complementar, válida e racional às energias que conhecemos e utilizamos actualmente. Não é objectivo directo da Agência mas, indirectamente, pode contribuir para que a questão dos custos seja alterada e se tornem mais acessíveis. Pensa que a questão do papel do eleito ficou clara na última reunião, sendo o Presidente o Sr. Vereador Charneira e o Coordenador o Município de Consenza. Dado que a responsabilidade é colectiva somos todos co-responsáveis nesta fase.

- Em relação à intervenção do Sr. Engº. Fernando Nascimento, solicita autorização ao Sr. Presidente da Mesa para perguntar qual a empresa formada pelas três cidades porque não percebeu a questão.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, diz que já possui os esclarecimentos no documento que foi distribuído para a reunião de hoje.

Sra. Presidente da Câmara, diz que se lembra na última reunião de ter feito o enquadramento genérico e não se ter avançado para a discussão. Agradece a observação mas de vez em quando incomoda-a um bocado um certo atestado que teima e insiste em colocar. Aceita todas as críticas, como aliás ficou patente nesta reunião e na anterior quando retirou a proposta, mas custa-lhe um bocado uma certa forma de passar atestados às intervenções da Câmara.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que na última reunião não houve discussão do ponto, falou-se sim no tipo de documentação enviada que não permitia uma tomada de posição em consciência.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, em resposta à Sra. Presidente diz que é a sua maneira de falar e a sua maneira de estar como jovem que é.

Sr. Presidente da Mesa, dá novamente a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, para terminar diz que o que é relevante é dizer que é o Sr. Vereador Charneira que acompanha o projecto e o processo e se houver questões concretas a serem colocadas, nomeadamente pelo Sr. Fernando Nascimento, pede licença para passar a palavra ao Assessor António Pombinho. Entretanto gostaria de dizer ainda duas coisas. A Comissão Europeia exige, e estimula, com actos concretos o funcionamento em rede destas Agências. Na próxima terça feira irá realizar-se uma conferência sobre este tema, onde esta Agência já deveria participar mas como ainda não está constituída isso não vai acontecer. É obrigatória uma Conferência anual para todas as Agências constituídas e apoiadas pela Comunidade, e há uma certa prática de exigir o relacionamento de todas as Agências constituídas com o apoio da Comunidade. Cada Agência deverá depois eleger os seus parceiros preferenciais, seja como forma de aprender e desenvolver o seu próprio percurso e trajecto, seja como perspectiva de vir a desenvolver no futuro outras parcerias. A questão da relação com as outras Agências é uma questão que é condição colocada pela Comissão Europeia.

Pelas 22,30 horas, Sra. Dra. Carla Oliveira do PS abandona os trabalhos.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que, não querendo ser advogado de defesa de ninguém, na última reunião houve um início de discussão onde foram colocadas muitas das questões que levaram à realização da reunião de hoje. Em relação à discussão havida hoje, à decisão que hoje vai ser tomada em consciência, e à alteração do número de elementos do artº. 23º., ficam esclarecidas as dúvidas que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve quando na última sessão disse que se calhar não viríamos aqui alterar grande coisa. Termina dizendo que valeu a pena as coisas voltarem à discussão.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que fica muito satisfeito pelo PSD se congratular pelo facto do PS ter chamado à atenção de que não estava em condições para votar em consciência matéria de tão grande importância. Desta forma provou-se o papel que tem a oposição quando empenhada na resolução dos problemas, e está sempre empenhada na resolução dos problemas. Neste caso conseguimos, perdendo um dia, ganhar muito tempo no que se poderia ter vindo a perder. Termina dizendo que a Assembleia está de parabéns pela forma como tem estado a trabalhar.

Sr. Presidente da Mesa, diz que está de acordo que mereceu a pena o assunto ter voltado à discussão tendo sido muito interessante.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 PS, 4 do PSD e 1 do BE).

Sr. Presidente da Mesa, em relação à proposta do Sr. Carlos Guinote diz que não será possível incluir este assunto na ordem de trabalhos da sessão a realizar em Junho. Não é que o assunto não mereça discussão, mas poderá ser feita no período de antes da ordem do dia onde todos poderemos intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que uma vez que este tema é vastíssimo irá ocupar muito tempo à sessão, pelo que propõe que a mesma seja marcada para dois dias.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que em Junho estará de férias pelo que não será viável agendar o assunto para Junho.

Sr. Presidente da Mesa, diz que em tempo oportuno voltarão a abordar este assunto.

Termina solicitando a aprovação da minuta da acta nº. 5 de 23.02.2006 dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuída. De imediato coloca à aprovação a minuta da acta, tendo sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (12 da CDU, 4 do PS, 4 do

PSD e 1 do BE) e 2 abstenções de Maria Elisa Costa e Raul Prazeres da CDU por não terem estado presentes nessa reunião.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23 horas do dia 24 de Maio de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 24 de Maio de 2006